



# A teologia política da “sociedade de vigilância”: poderes autônomos, drones e o “olho de Deus”\*

*The political theology of the “surveillance society”: lordless powers,  
drones and the “eye of God”*

HANNA REICHEL<sup>a</sup> 

## Resumo

Este artigo descreve a sociedade de vigilância contemporânea por meio de uma lente teo-política. Referências ao “olho que tudo vê”, “Big Brother” e o “panóptico” conceituam as tecnologias de vigilância por meio da linguagem de onisciência divina ao mesmo tempo que também cristãos começam a rearticular sua doutrina de Deus em termos e imagens de culturas de vigilância. Com a noção de Karl Barth dos “poderes autônomos” (*herrenlose Gewalten; lordless powers*), o artigo interpreta a emergência de uma sociedade estruturada por tecnologias de vigilância como forma de um “conhecimento humano desenfreado”. Por meio de uma releitura do Salmo 139, o artigo intenta uma demitização da vigilância ao mesmo tempo que requer o desenvolvimento de mais abordagens “demonológicas” da ética política.

Palavras-chave: Teologia política. Vigilância. Panóptico. Karl Barth. Ética política.

## Abstract

*The article describes today's surveillance society through a theo-political lens. References to the “all-seeing eye,” “Big Brother,” and the “panopticon” conceptualize surveillance technologies through language of divine omniscience, while at the same time Christians start rearticulating their doctrine of God in terms and images from surveillance cultures, too. With Karl Barth's notion of “lordless powers,” the article interprets the emergence of*

---

<sup>a</sup> Princeton Theological Seminary, Princeton, NJ, Estados Unidos da América. Doutora em Teologia, e-mail: hanna.reichel@ptsem.edu

\* Tradução do original em inglês de Rudolf Eduard Von Sinner, Doutor em Teologia pela Universidade de Basiléia, e-mail: rudolf.sinner@pucpr

*a society structured by surveillance technologies as a form of “human knowledge gone wild.” With a rereading of Psalm 139, the article aims for a demythologization of surveillance while at the same time demanding the development of more “demonological” accounts of political ethics.*

*Keywords: Political Theology. Surveillance. Panopticon. Karl Barth. Political Ethics.*

## Introdução

É famoso o enunciado de Carl Schmitt (1922, p. 43) de que todos os termos políticos são originalmente teológicos – num sentido tanto histórico quanto sistemático. Como complemento a essa tese, Jan Assmann (1992, p. 35) argumentou que termos teológicos, por sua vez, são originalmente políticos, considerando-se sua história de longa duração. Sem entrar nos pormenores de suas posições, parece permanecer plausível, mesmo hoje, afirmar que o hífen no termo “teo-política” funciona de ambos os lados. Conceitos políticos e teológicos estão intrinsecamente interligados e se inspiram mutuamente. As imagens do divino e as concepções da soberania do Estado, ou, falando de forma mais geral, os poderes divino e humano, vêm se desenvolvendo de forma que exista uma analogia entre elas e têm se informado mutuamente ao longo da história.

Utilizarei tal compreensão de “teologia política” como moldura conceitual básica para avaliar a dinâmica daquilo que poderia ser chamado como a emergente “sociedade de vigilância” contemporânea<sup>1</sup>. Ao fazê-lo, será possível demonstrar o quanto tais desenvolvimentos estão abertos à interpretação em termos religiosos, mas também estão produzindo, em muitos aspectos, interpretações que chamam à avaliação teológica. Sugiro que a análise de Karl Barth dos “poderes autônomos” (*herrenlose Gewalten* no

---

<sup>1</sup> O termo foi cunhado por MARX, 1985, em seu estudo sobre o trabalho policial investigador disfarçado como o “uso universal de tecnologia computadorizada de vigilância na sociedade moderna para fins de controle social total”. Alguns anos depois, a “sociedade de vigilância” foi analisada por Oscar H. Gandy (1989) como desenvolvimento sofisticado da burocracia, e depois com a obra seminal de David Lyon (1994) como realidade universal. Enquanto Foucault (2014) tinha descrito as transições das “sociedades de soberania” para as “sociedades de disciplina”, descrito emblematicamente no panóptico de Bentham como modelo de prisões, Gilles Deleuze (1992) destacou que estamos agora passando para uma nova era de “sociedades de controle”.

original alemão, literalmente poderes “sem Senhor”, desenfreados) pode fornecer uma lente teológica para a divulgação e a autonomização de tecnologias de vigilância em nossos tempos. A concepção dele descreve as capacidades humanas de criatura, as quais, descoladas de seu propósito original de servir a Deus e aos seres humanos, viram-se não apenas contra o criador mas contra as criaturas, submetendo, antes de empoderá-las, a humanidade ao seu falso – mas não menos potente – governo [rule].

O desenvolvimento da vigilância de tecnologias instrumentais para realidades que criam políticas e moldam vidas numa escala inescapável e totalizante pode ser visto como uma ocorrência de tais “*herrenlose Gewalten*”, no sentido de *conhecimento desenfreado (gone wild)*. Karl Barth contribuiu com um fundamento hamartiológico para a reflexão sobre estes processos que vai além de escândalo ou resignação, enxergando o verdadeiro tamanho tanto da responsabilidade humana quanto do sofrimento humano sob tais poderes. Além disso, a concepção de Barth permite uma avaliação teológica da sociedade de vigilância e uma crítica a ela e aos seus ídolos ao incluir um confronto e uma comparação com a realidade e com as características do verdadeiro poder, em conformidade com o Senhor [i.e. Cristo; *lordly*], cuja distorção representa<sup>2</sup>.

Desse modo, a seção 2 deste artigo expõe como nossas vidas vêm sendo incisivamente regulamentadas em múltiplos níveis por uma variedade de atores (não por último, nós mesmos) por meio de tecnologias de vigilância. Já a seção 3, após explicitar a compreensão de Karl Barth dos “poderes autônomos” (3.1), examina algumas das metáforas e conceituações que aparecem em “estudos da vigilância” que podem ser facilmente contadas entre os conceitos teopolíticos, conforme sugerido por Schmitt e Assmann. Especificamente o “olho que vê tudo”, o “Grande Outro” e o “panóptico”

---

<sup>2</sup> Cf. Haddorff (2021) também parte do pressuposto de que a doutrina de Deus – em contraste e comparação com as estruturas políticas no âmbito humano – precisa ser colocada no foco da teologia política. Nessa linha, os principais entendimentos e ganhos de Haddorff, a partir do engajamento teológico de Barth, são a reformulação trinitária da soberania e a especificação da liberdade e práticas democráticas por meio da relação com este criador soberano e trinitário.

referenciam imagens de onisciência divina, cuja semelhança com a tecnologia da vigilância é percebida e conceitualizada (3.2).

Contudo, a ligação funciona para ambos os lados. Não é apenas a retórica política da sociedade de vigilância que está carregada de imagens teológicas, a narrativa da vigilância também entra no âmbito religioso. Fora da religião institucional, testemunhamos fenômenos de aderência quase religiosa a práticas e políticas de vigilância, o que fez surgir um discurso sobre formas emergentes de uma “religião de vigilância” (3.3). Também dentro do discurso cristão, no entanto, encontramos imagens de Deus rearticuladas em termos e estruturas de vigilância (3.4).

Por fim, a seção 4 desenha pistas para uma avaliação teológica e uma crítica ideológica da “teologia política” da sociedade de vigilância; neste momento, confrontando interpretações de vigilância de poder quase divino com seus fundamentos bíblicos em Salmo 139 (4.1). A seção conclui indicando a necessidade de modelos novos, “demonológicos”, de ética política para se conceitualizar melhor a realidade dos “poderes autônomos” encontrados (4.2)<sup>3</sup>.

## Bem-vindos à sociedade de vigilância!” Políticas da visibilidade, mercados de visibilidade e o *self* visível

A vigilância enquanto tal – compreendida de forma ampla como “qualquer coleção e processamento de dados pessoais, sejam identificáveis ou não, para fins de influência ou gestão das pessoas cujos dados foram coletados” (LYON, 2002, p. 3) – evidentemente não é um fenômeno novo. Até certo ponto, sempre tem havido técnicas e práticas de vigilância em cada sociedade existente. Em anos recentes, no entanto, temos testemunhado desenvolvimentos inéditos nas possibilidades tecnológicas e no uso político de tecnologias de vigilância. Na esteira do “9/11”, particularmente, mas não

---

<sup>3</sup>Estou profundamente grato às e aos participantes dos colóquios de “teopolítica” por seus comentários, sugestões e críticas. Um especial agradecimento a Markus Höfner por uma resposta mui sensata e enriquecedora a meu texto. Também devo muito a Grace Kao por revisões linguísticas. Algumas partes deste capítulo tem sido retomadas no meu artigo REICHEL, 2017.

exclusivamente, uma política de medo e de desapropriação em nome da segurança tem governado o Ocidente. A declaração da “guerra ao terror” fez com que houvesse um aumento fulminante no uso de tecnologia de vigilância em assuntos domésticos e exteriores de forma especial em prol dos Estados Unidos<sup>4</sup>. A lei patriota dos Estados Unidos (*USA Patriot Act*), e seus retrocessos para os direitos dos cidadãos (e dos não cidadãos!), foi apenas o começo. O controle fronteiriço reforçado, as listas de proibição de voar juntos com algoritmos para reconhecimento de perfis, o monitoramento da comunicação mundial e – não deve ser esquecido – o uso de drones não tripulados, mas armados em guerras a distância espelham medos externos. Além disso, internamente, sistemas de circuito fechado de TV estão vigiando instituições e áreas públicas, shoppings, metrô e rodovias. As atividades dos serviços secretos aumentaram e parecem ter ultrapassado o controle da lei nacional ou internacional. A extensão de coleta, armazenamento e análise automática *big data* permite o acúmulo de mais informação do que qualquer observação humana tem sido capaz de providenciar<sup>5</sup>.

A vigilância transforma a hermenêutica pública. Cada cidadão é um criminoso ou terrorista em potencial que precisa permanecer sob constante vigilância. A “transparência total”, outrora elogiada como um objetivo do Iluminismo e precondição da sociedade livre, aberta, não corrupta e democrática, vem se mostrando nas mais diversas cores, ameaçando destruir a esfera privada e, com ela, os próprios fundamentos da democracia (REICHEL, 2016). Os escândalos ao redor da mineração de dados de *wikileaks*, INDECT, PRISM, e NSA revelam tensões de poder muito profundas, bem como a impotência de Estados nacionais, serviços secretos e sociedades civis diante das viabilidades tecnológicas. No entanto, as revelações sobre a extensão da coleta de dados pela NSA na Alemanha – sem precedente quanto à quantidade e ao menos parcialmente ilegal – não produziu grandes protestos públicos. O

---

<sup>4</sup> Antes de 2001, o Reino Unido estava na liderança do uso de tecnologia de vigilância nos espaços públicos (cf. WOOD, 2006, p. 19).

<sup>5</sup> Ver a estimativa de Taureck (2014, p. 10). Também tem havido visualizações reveladoras de comparações entre a coleta de dados pelo serviço secreto da antiga Alemanha Oriental (*Stasi*) e a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (*NSA* – cf. Disponível em: <https://opendatacity.github.io/stasi-vs-nsa/english.html>. Acesso em 13 mar. 2022).

que tem sido visto como o “momento Chernobyl” (MAJICA, 2013) da idade digital, desvaneceu-se quase em total silêncio. Hoje, as manchetes sempre atuais sobre a extensão do estado de vigilância são enfrentadas, em geral, com uma mistura de pessimismo cultural, resignação e, o que é mais alarmante, cinismo. Parece que o público aceitou a ideia de que viver sob o olho potencialmente onividente da política de segurança, sendo monitorado, perfilado e analisado em todas as áreas da vida, seja uma condição necessária à existência humana no mundo moderno (DOBUSCH, 2014, p. 2).

Evidentemente a “nova vigilância” (MARX, 2002) da era digital não foi consequência do 11 de setembro; foram os enormes avanços na tecnologia da informação e da comunicação com a armazenagem digital e a capacidade de computação que permitiram a sua existência e o seu uso político em todas as áreas da vida privada e pública e por uma variedade de atores. Além disso, seu uso não tem sido limitado ao Estado-nação quase totalitário de “*Big Brother is Watching You*” (“o grande irmão está observando-o”)<sup>6</sup> – com o *Big Brother*, em nosso mundo contemporâneo, muitas vezes posando como *Uncle Sam*.

O monitoramento automático e a análise de perfis de movimento, consumo e comunicação permeiam também a vida privada e comercial, e a informação tornou-se uma nova moeda. De alto valor para propaganda personalizada, bem como a avaliação de risco de bancos, empresas de seguro e provedores de serviços de saúde, perfis de consumidores são comprados e vendidos por corporações internacionais, muitas vezes sem o conhecimento ou consentimento explícito (muito menos informado) destes consumidores.

*Tags RFID (Radio Frequency Identification* – identificação por frequência de rádio) em calças jeans, buscas on-line inteligentes no Google e em contas da Amazon, mídias sociais como Facebook o Twitter e, por fim, o “internet das coisas” coletam quantidades enormes de dados pessoais, muitas vezes sob guisa de conveniência e entretenimento para o indivíduo, mas sempre para fins de uso comercial. *Big Data* – seja revelado inconscientemente ou voluntariamente ou mesmo moldado meticulosamente por indivíduos – pode

---

<sup>6</sup> Esta citação é quase tão onipresente em estudos sobre vigilância que a metáfora do panóptico serve como lema do partido do famoso livro de Orwell (1949).

não apenas predizer comportamento criminal ou de compra. Algoritmos com base em correlações estatísticas revelam mais sobre o comportamento de um indivíduo, seus sentimentos, seus pensamentos, seu desenvolvimento passado e futuro, do que ele sabe sobre si mesmo<sup>7</sup>. Tais algoritmos, no entanto, não apenas passivamente gravam e analisam as vidas das pessoas de forma passiva mas as moldam ativamente. A análise do comportamento passado do consumidor prefigura o mundo que esse indivíduo verá e com o qual vai interagir no futuro. Algoritmos de perfilamento são mecanismos de filtragem para participação social, comercial e mesmo política e criam conjuntos individualizados e exclusivos de possibilidades e restrições de ações. Conhecimento, previsão e predeterminação parecem andar, inevitavelmente, de mãos dadas – exatamente como em muita reflexão sobre presciência divina.

Seria, no entanto, ainda bastante míope se a vigilância fosse considerada apenas como uma força *externa* utilizada por sistemas políticos e grandes corporações. Na comunicação pessoal, e altamente voluntário-compulsiva das redes sociais, o próprio indivíduo trabalha ativamente para constituir-se como efeito do aniquilamento de sua privacidade. O exibicionismo público apresentado nas redes sociais dá a impressão de que a vida é apenas aquilo que é visto por outros. O que constitui o indivíduo não é aproveitar a refeição, mas postar uma imagem dela; não é viver um momento romântico, mas mudar o seu “status de relacionamento”; não é passar o tempo com amigos, mas “curtir” seus posts; e assim por diante. Este “compartilhamento” de atividades, preferências, crenças e humores – expondo-se para um público maior não controlável – pode ser caracterizado como uma prática horizontal de “vigilância participativa” (ALBRECHTSLUND 2008).

Além disso, movimentos quase religiosos como o “*self* quantificado” (*Quantified Self*) propagam o uso da tecnologia de vigilância para uma autoperfeição abrangente – desde o monitoramento médico até o da boa forma pessoal. Dispositivos de autoperseguição (monitorando a ingestão de

---

<sup>7</sup> Um exemplo disso é a precisa previsão das gestações pelos algoritmos da rede de supermercados Target sobre os dados de compra de suas clientes (cf. HILL, 2002).

líquidos ou calorias, número de passos andados por dia, fases de sono, eficiência de trabalho e, evidentemente, comunicação) deixam todas as áreas da vida sujeitas à medição, estatística e comparação. A distribuição comercial de *Google Glass* – que transforma o próprio olho humano numa câmera de vigilância – é somente o próximo passo na vigilância transversal da vida privada.

Diante do desenvolvimento tecnológico e do uso político, comercial e privado da tecnologia de vigilância hoje, George Orwell quase parece um “otimista ingênuo” (KOPFKOMPASS, 2009). Sua visão distópica de uma luta preemptiva contra o crime ou TVs que monitoram todo o nosso movimento tem sido de longe ultrapassada pela realidade de vigilância automatizada em espaços públicos e privados. Com o alto grau de permeação da vida cotidiana por tecnologia de vigilância, não é necessário ser um teórico da conspiração para falar de uma sociedade global de vigilância. A ameaça maior hoje pode não mais ser o Estado totalitário, mas canais líquidos e não transparentes de poder de informação, aparentemente incontroláveis por lei e governança nacionais. A transição de fantasias distópicas para realidades de fundo se deu a passos pequenos, às vezes até discretos, e o fato de que não tem havido uma revolta pública significativa contra esses desenvolvimentos pode ser seu efeito e sucesso mais completo, pois isso em si fala das profundas transformações de nossas concepções dos espaços público e privado. A emergente sociedade de vigilância é estruturada por noções de onisciência, presciência e a transparência do indivíduo para poderes mais altos, intangíveis e invisíveis que controlam a vida de forma sutil e abrangente.

## A teologia política da sociedade de vigilância *“Poderes autônomos”: conhecimento desenfreado*

Em fragmentos publicados postumamente da Dogmática Eclesiástica IV/4, Karl Barth desenhou uma análise dos “poderes autônomos” que podem iluminar nossas reflexões sobre os desenvolvimentos tecnológicos e sociais



apresentados acima<sup>8</sup>. Para Barth, política, economia e outros poderes não podem ser vistos com ordenanças divinas originalmente benignas de ordens da criação, mas sim que não há poder mau ao lado de ou em oposição a Deus; antes, “a queda do ser humano e a alienação de Deus são a raiz de todo mal”<sup>9</sup>. Assim, os poderes “desordenados” que estruturam nosso mundo são de fato criações humanas que, “alienados de Deus, tentam viver uma vida autônoma (*lordless life*)”. Na área da política, tal tentativa de autonomização pode se apresentar da seguinte forma:

Se o poder se separa da lei, se quem deveria ser ativo no serviço da ordem divina escolhe valorizar e amar como tal sua soberania e seu domínio, seu poder e sua força sobre outros, empreita-se estabelecer e exercer tais coisas por si mesmas, como ser humano que se emancipa de Deus, então, na medida em que também se emancipam dele e se transformam em seu mestre, surge o demonismo da política (BARTH, 1981, p. 219-220).

Tal tentativa de autonomia humana, no entanto, não tem sucesso nem “resulta em seu devir o senhor e mestre das possibilidades de sua própria vida” (BARTH, 1981, p. 214). Antes, na

tentativa estúpida e desesperada de escapar da esfera do senhorio de Deus não é tão simples para o ser humano tornar-se e até ser um pequeno deus e senhor com a aproximação implicada à supremacia e ao poder controlador de Deus no moldar da existência humana. Até mesmo um controle parcialmente livre tem sido sempre e em todos os lugares o mito, mas somente o mito e a ilusão, da pessoa que pensa e reivindica que tem adquirido sua maioria e é agora soberano e autônomo. Ao pensar isso – e mais consciente de si e enfaticamente ele o faz, mais ainda – é ultrapassado pelo oposto. Ele para de ser o senhor e mestre livre que poderia e deveria ter sido na esfera do senhorio de Deus se, em vez de fugir de Deus, ele tivesse se orientado por Ele (BARTH, 1981, p. 214).

---

<sup>8</sup> Cf. JONES, 2021. Este autor num foco mais amplo, explica como essa peça póstuma de Barth poderia contribuir imensamente com tendências contemporâneas na “discussão teopolítica”.

<sup>9</sup> BARTH, 1981, p. 213. Barth não usa linguagem inclusiva de gênero. No original inglês do texto, a autora deixou as citações em sua forma masculina original, observando que seu significado teológico tenha que ser compreendido como englobando todos os sexos e gêneros. Nota do tradutor: “Na tradução para o português, inexistindo tradução oficial, optei por utilizar ‘ser humano’ em vez de ‘homem’ (*man*)”.

O ser humano é incapaz de manter os poderes humanos originais da criatura sob controle. Como poderes autônomos, eles agora se veem contra o ser humano. O *Aprendiz do Feiticeiro*, de Goethe, fornece uma ilustração para o tipo particular de “desordem” vivida pelo ser humano. “Inevitavelmente, na forma das forças das quais lançou mão e que se tornaram autônomas, sua própria força se afasta dele e se vira contra ele. Eles destituem pessoas da liberdade da qual abusaram e das quais abdicaram de antemão” (BARTH, 1981, p. 233). “Principalidades e poderes” selvagens ganham uma vida própria de qualidade quase demoníaca. Em sua análise, Barth, portanto, concede que certas “visões mágicas do mundo” poderiam de fato ter enxergado mais claramente a verdade da existência humana do que muitos pontos de vista racionalistas<sup>10</sup>.

Como exemplos de tais poderes desenfreados, Barth analisa incidentes de absolutismo político (“soberania” ou “Leviatã”, o “demoníaco que está visivelmente operando em toda política”; *ibid.*, p. 219) e absolutismo econômico (“dinheiro” ou “Mamon”, o “demônio mui móvel” de “recursos” humanos; *ibid.*, p. 222). Adicionalmente, Barth prediz que, “em correspondência ao fato de que, aparentemente, sempre há poderes e possibilidades de vida humana conhecidos e desconhecidos, temos que contar não apenas com alguns mui familiares, mas também com novas e pouco familiares formas deste tipo”<sup>11</sup>.

Portanto, sugiro considerar o que testemunhamos na “sociedade de vigilância” como uma nova forma de poder autônomo: o poder do conhecimento desenfreado. Diante da tecnologia desenfreada de vigilância e

---

<sup>10</sup> BARTH, 1981, p. 216. Barth continua perguntando: “Será que nossos colegas cristãos das igrejas mais jovens da Ásia e da África, que vêm com uma visão mais refrescada neste sentido, poderiam nos ajudar nisso?” (*ibid.*, p. 2019). De fato, pesquisadores(as) pentecostais, especialmente no mundo hispânico, têm desenvolvido abordagens teológicas à demonologia ao longo dos últimos vinte anos que poderiam ser dignas de consideração. Veja, por exemplo, Yong (2000), Baker e Macchia (1994), Villafane (1993), Lane (1996) e Solivan (1998).

<sup>11</sup> BARTH, 1981, p. 215. Kristopher Norris (2021) ressalta como tal ambiguidade afeta todo sistema político, até mesmo a democracia – que é, de acordo com Barth, ainda o sistema preferido visto numa perspectiva cristã. A análise da democracia do próprio Norris, à luz de Barth e Yoder, o conduz a apresentar uma “afirmativa qualificada” para o apoio cristão à democracia.

sua permeação da vida cotidiana, a análise de Barth pode nos ajudar a navegar entre as armadilhas de uma visão simplesmente tecnofóbica, condenando a nova tecnologia como má (infelizmente, uma abordagem bastante comum em grande parte da teologia, especialmente protestante), ou “neutra”, a ser julgada conforme o uso específico que se faz dela. No mais tardar, a partir de “o médio é a mensagem”, de Marshall McLuhan, de 1967, sabemos que não há nada como um “médio neutro”. Antes, o médio cria seu próprio conteúdo. Isso, naturalmente, também se aplica à nova mídia, inclusive as assim chamadas “mídias sociais”. Portanto, enquanto seria errado demonizar tecnologias de informação e comunicação, também seria tão míope quanto considerá-las como fundamentalmente benignas e reivindicar que sejam simplesmente aplicadas com cuidado e controle. Antes, é necessário analisar seu potencial de autonomização própria e sua “idolização” (tendência a reivindicar a ela autoridade e atributos quase divinos na sociedade contemporânea).

Esse pode ser um primeiro passo rumo a um engajamento crítico com as teologias políticas da sociedade de vigilância para analisar seu uso de metáforas religiosas. Nas seções que seguem, examinarei a metáfora determinante do “panóptico”, identificações externas ou denominação de práticas de vigilância como “religiosas” e “vivendo sob drones” como quintessência do nexo entre vigilância e poder sobre a vida e a morte.

### *“Cave, cave, Dominus videt!”: inspeção panóptica e o “olho de Deus”*

Nenhuma metáfora tem sido tão amplamente utilizada para caracterizar a “sociedade de vigilância” como o “panóptico”. A estrutura arquitetônica foi desenhada pelo filósofo Jeremy Bentham primeiramente como modelo para prisões e posteriormente para escolas, hospitais, lares, fábricas e qualquer outra área que requer uma “vigilância” (*watching over* – “vigiar”) sistemática ou, como Bentham o chamou, de “inspeção” (*looking into* – “investigar”) (BENTHAM, 1843). Seu desenho era uma construção circular com um centro claro, que seria a torre de vigia, e a sua periferia seriam celas abertas, direcionadas para a torre de vigia, que as inspecionaria. Recorrendo à ideia de

um vigia que seja capaz de vigiar tudo, enquanto ele próprio é “invisível”, o panóptico estrutura o espaço de tal modo que cada prisioneiro é vigiado a qualquer momento ao mesmo tempo em que é impossibilitado ver aqueles que o vigiam, os quais estão no centro. A disciplina exercida por tal estrutura está baseada nem tanto na força mas na internacionalização da moral. Como os prisioneiros nunca podem ter certeza se estão ou não sendo vigiados *naquele momento*, eles se disciplinarão como se estivessem; assim, a disciplina está sendo internalizada e exercida em subordinação voluntária.

Implementando a visibilidade total e permanente do indivíduo, a própria arquitetura economiza para a instituição de controle uma real vigilância 24 horas, tornando obsoleta a intervenção física. Sendo assim, a “visibilidade é uma armadilha”, observou Michel Foucault (1979, p. 200). O panóptico de Bentham é muito mais eficiente como dispositivo de controle de comportamento do que qualquer sistema baseado apenas em castigo poderia chegar a ser. É por isso que, para Foucault, o panóptico marca a transição das “sociedades de soberania”, que usam a força física como método de controle, para as “sociedades de disciplina”, que usam uma força muito mais sutil e internalizada, até burocrática.

Não é mera coincidência que a concepção de Bentham da prisão panóptica se assemelhe, estruturalmente, a imagens do olho de Deus que tudo vê tudo, como no famoso retrato dos sete pecados capitais de Jerônimo Bosch. Nesse quadro, Cristo é a pupila no centro do olho que vê tudo, onde um banner diz: *cave, cave, D[omin]us videt* (“cuidado, cuidado, o Senhor vê”). O próprio Bentham tinha desenhado um emblema para sua prisão panóptica que retrata um olho sempre aberto com o chavão “misericórdia, justiça, vigilância” – uma imagem tradicional da divindade, completa com atributos divinos clássicos. Como epígrafe para a descrição do seu panóptico, ele escolheu um versículo de Salmo (139,2): “você está próximo do meu caminho e da minha cama; e espiona todos os meus jeitos”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Tradução literal; em inglês: “Thou art about my path and about my bed; and spiest out all my ways” (N.T.).

Assim, imagens de um Deus onisciente que vê tudo servem como modelo para sistemas mundanos de controle e disciplina. Eles se propõem como prorrogação ou aplicação da vigilância do olho de Deus já existente desde sempre e, assim, legitimam a justiça humana como substituto ou mesmo um agente representativo da justiça divina. Dentro dos acirrados debates sobre a reforma prisional em sua época, o modelo de Bentham foi um “movimento estratégico” da “reforma prisional secularizante”. Ainda que recorrendo ao imaginário religioso, foi “baseada no tipo de conhecimento racional abstrato tão prezado pelos pensadores do iluminismo” e “procurava a impor sua própria ordem, sua própria racionalidade” (LYON, 2014, p. 26). Neste sentido, assume uma posição quase-divina para o sistema punitivo em si mesmo e pode, portanto, ser visto como primeiro passo rumo a uma emancipação ou autonomização dos poderes.

Enquanto o panóptico, de Bentham a Foucault, serviu como instituição disciplinar nas margens da sociedade, no campo contemporâneo da ilimitada tecnologia de vigilância, ele tem ampliado suas fronteiras e perdido seus muros. Hoje, todos vivemos dentro do panóptico, numa sociedade panóptica global; no entanto, não há mais um claro centro. Não sabemos, de fato, quem está nos vigiando, que tipo de conhecimento se coleta, qual uso se faz dele e de onde o controle sobre ele (e nossas vidas) será exercido. Enquanto isso permanece dentro do paradigma panóptico, reivindicando que a posição do poder deveria ser capaz de vigiar tudo sem ser vigiada ela própria, deixa por trás o espaçamento arquitetural claro, bem como a incorporação do poder. Além disto, a visibilidade criada pela “nova vigilância” não é mais tanto uma realidade literal (embora também continue sendo), pois é também uma metáfora: a vigilância hodierna não reside apenas em *imagens* fatídicas de observação direta, de sistemas de circuito fechado de TV ou de sistemas de drones, mas principalmente na análise de *dados* e na comunicação metadados.

Mais do que *confinar* elementos problemáticos no panóptico disciplinador, mecanismos de “bane-óptico”, como algoritmos de rastreamento e perfilamento *excluem* determinados elementos da participação na sociedade (BIGO, 2008). Tais reestruturações significativas têm induzido alguns pesquisadores a criticar a metáfora do panóptico ou

propor alternativas a ela<sup>13</sup>. Além do paradigma do panóptico, tem-se sugerido que *O Processo de Kafka* (2005), publicado originalmente em 1925, com sua visão de processos burocráticos insondáveis e sem rosto, aproxima-se mais da experiência contemporânea de vigilância – a burocracia em seu extremo implacável poderia bem ser descrita como um poder autônomo em si mesma.

Contudo, enquanto o controle panóptico não é, certamente, mais o único tipo de controle exercido, permanece como um dos padrões predominantes de vigilância. Tem-se argumentado, inclusive, que, enquanto a estrutura arquitetônica vem praticamente desaparecendo, a ideia inicial do panóptico – disciplina internalizada e voluntária – é até mais forte do que antes, florescendo no lugar do que que poderia ser chamado de “panóptico DIY [do-it-yourself, “faça você mesmo”]”. Assim, “tudo move da coerção à tentação e sedução [...], e tudo transfere o papel principal em atingir os resultados intentados e bem-vindos do [...] vigia para o vigiado” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 57).

De acordo com o filósofo e teórico de mídia de Berlin, Byung-Chul Han, mais do que nunca não é o corpo, mas a mente que é controlada pelos mecanismos de vigilância, transformando a sociedade biopolítica de disciplina de Foucault numa “sociedade psicopolítica de transparência” (HAN, 2013a, p. 98; 2014a). A principal diferença entre o “panóptico não perspectivo” (HAN, 2012, p. 74) e o panóptico tradicional é que, hoje, os próprios “moradores” acreditam serem livres. Antes de serem forçados à visibilidade, eles são seduzidos pela conveniência e entretenimento a cooperar em se fazendo, eles mesmos, transparentes, assim contribuindo para sua própria autovigilância. “O prisioneiro do panóptico digital é vítima e infrator ao mesmo tempo. É nisto que consiste a estrutura dialética de sua liberdade” (ibid., p. 82). Portanto, para Han (2014b), o termo clássico “neoliberalismo” melhor descreve as condições para o panóptico não perspectivo, em que “o medo de abandonar sua privacidade e intimidade é substituído pela necessidade de exibí-los sem

---

<sup>13</sup> P. ex. o “superpanóptico” (POSTER, 1990), o “panóptico eletrônico” (LYON, 1994), o “sinóptico” (MATHIESEN, 1997) e o “pós-panóptico” (BOYNE, 2000) (ver também Gilles Deleuze, “Postscript”). Para uma visão panorâmica do debate e a procura de novas metáforas para além do panóptico, ver Farinosi (2011).

vergonha, isto é, a liberdade e o controle se tornam indistinguíveis” (HAN, 2013a, p. 93). O novo panóptico sem muro nem fronteira é uma vigilância de todos por todos, aparentemente de livre vontade.

### *“Dataísmo” e o fim da teoria: vigilância como religião*

A política da vigilância não apenas recorre a imagens e metáforas religiosas para sua conceitualização e legitimação. A própria vigilância é mais e mais cultuada, de certa forma, como um ídolo religioso. Em termos muito gerais, tecnologias de vigilância servem para otimizar processos, assim se tornam instrumentos de lidar com a contingência e a finitude. Em muitas definições, lidar com contingência já é o que constitui o religioso. Han vai além, declarando: “a euforia hodierna de coletar dados não tem a ver apenas com a NSA. É a expressão de uma nova fé que se poderia denominar de dataísmo, que atinge, neste momento, traços quase religiosos ou totalitários. Também a euforia do *big data* reverencia essa fé da era digital” (HAN, 2013b).

Enquanto igrejas tradicionais estão ficando sem membros, as mídias sociais, que requerem cada vez mais autoexibição, tomam seu lugar. Han atesta que as técnicas religiosas do “*self* quantificado” ou do exibicionismo que se testemunha no Facebook como “uma nova igreja” são bastante diferentes de práticas cristãs como a confissão de pecados, elas apenas servem para otimizar a performance e eficiência individuais, não contribuindo para a autoconsciência ou sentido, sem falar da verdade. Segundo o autor, “não podemos escapar da morte pelo Facebook. E como sentimos isso, nos comunicamos cada vez mais e mais rapidamente” (HABERL, 2020). Tais práticas apenas servem o “ego, que se tornou autorreferencial” (o que quase se parece com uma tradução do *homo incurvatus in seipsum*, de Lutero), conduzindo ultimamente ao niilismo.

Argumentando contra a visão de Villem Flusser sobre a comunicação digital como uma nova “comunidade pentecostal”, Han (2013a, p. 65) afirma que “o messianismo das redes não se confirmou. Antes, a comunicação digital erode a comunidade, o ‘nós’. Destroi a esfera pública e reforça a solidão do ser humano. Não é o amor ao próximo que governa a comunicação digital, mas o

narcisismo”. Também poderíamos formular assim: enquanto igrejas tradicionais enfatizam a comunidade, mas falham ao promover forte participação, movimentos religiosos baseados na vigilância tendem a incrementar a participação sem promover a construção real de comunidade.

No contexto de escândalos do NSA, em que o “conhecimento super-humano [é afirmado] como uma ideologia religiosa e política”, Bernhard Taureck (2014, p. 45) antecipa uma guinada religiosa também na cena política:

Seja quem for que possuir um conhecimento significativamente maior sobre seres humanos do que estes mesmos já está numa posição super-humana. A fim de justificar este monopólio super-humano de conhecimento, a longo prazo não haverá outra opção do que inventar um linguajar religioso a ser aceito pela população.

De acordo com Taureck (2014), apenas dois aspectos são necessários para fazer do própria NSA uma religião: primeiro, gerar um “sentimento de dependência absoluta” na população e, segundo, fornecer meios de socialização coletiva. Com base nas raízes religiosas desde a fundação dos EUA, o NSA poderá ser capaz de transformar seu conhecimento num instrumento de dominação e governo, criando “confiança numa democracia de vigilância com cor religiosa”<sup>14</sup>.

Numa visão diferente, mas não menos ambiciosa, o editor-chefe do periódico de tecnologia *Wired*, Chris Anderson, até mesmo anunciou o fim de todos os sistemas de crença, de fato o “fim da teoria”, devido ao *big data*. Ele argumenta que teorias e modelos científicos são sempre abstrações e excessivas simplificações construídas em cima de incertos raciocínios e hipóteses sobre causas e correlações. Como tais, são por natureza “defeituosas, sendo sem dúvida a caricatura de uma realidade subjacente mais complexa”. *Big data*, supõe-se, torna todos esses atalhos desnecessários.

---

<sup>14</sup> Esta perspectiva fornece uma exemplificação perfeita da análise de Barth de poderes humanos que reclamam atributos quase divinos e, portanto, autoridade absoluta. Sobre a intrínseca relação da soberania política e divina na base da crítica de Karl Barth à religião política e seu contraste com a compreensão antes mencionada de “teologia política” por Carl Schmitt é desenvolvida com maior profundidade em Devin Singh (2021) and Clifford B. Anderson (2021).



Uma vez que a base de dados será suficientemente grande, assim acredita Anderson (2008),

Podemos parar de buscar modelos. Podemos analisar os dados sem hipóteses sobre o que poderia evidenciar-se. Podemos jogar os números nos maiores *clusters* de computação que o mundo já viu e deixar que algoritmos estatísticos encontrem padrões onde a ciência não pode. [...] Correlação se sobressai da causalção, e a ciência pode avançar mesmo sem modelos coerentes, teorias unificadas, ou mesmo qualquer explicação mecânica enquanto tal.

A hermenêutica e a interpretação, e mesmo a teoria, tornam-se dispensáveis conforme Anderson. Na hiper-realidade dos dados perfeitos, teorias e até mesmo modelos científicos se tornam ídolos ineficazes e obsoletos. Na visão hipertrófica do autor, parece que é apenas uma questão de tempo até que os dados se tornem “tudo em tudo”.

É fácil ver, com base nesses exemplos diversos, como os poderes do conhecimento em conexão com o desenvolvimento de tecnologias de vigilância desenvolvem, em si mesmos, atributos religiosos, contribuindo para aspirações humanas de uma autoautorização e um empoderamento super-humano com visões de possibilidades.

### *Para onde posso fugir?” Viver debaixo de drones*

Como vimos, tecnologias de vigilância não somente empregam imagens religiosas, como a “teologia política”, munindo-se de legitimidade e autoridade religiosas, mas estimulam sentimentos religiosos. Contudo, como dito inicialmente, a conexão funciona para os dois lados: podemos encontrar imagens religiosas no âmbito da vigilância, e metáforas de vigilância também migram para dentro da esfera religiosa<sup>15</sup>.

Considerando a guerra de drones, estes são, de certa forma, o emblema da transparência e visibilidade da “sociedade de vigilância”. Maquinário sem corpo, são capazes de observar tudo em todos os lugares sem serem vistos e,

---

<sup>15</sup> Confira Höfner (2021), quem, corretamente, aponta que Barth como recurso para uma “teologia política” não pode unilateralmente ser compreendido como uma crítica do mundo não cristão, mas sempre contra os poderes que do mesmo modo estão operando tanto dentro quanto fora da igreja.

mais ainda, de atacar e intervir sem qualquer possibilidade de fuga ou defesa. Como a justiça divina, assim parece. E de fato parece, para alguns, aparentar assim.

Num vídeo promocional para a igreja Fellowship, o pastor Ed Young (2014) utiliza drones como imagem para a onipresença e onisciência de Deus. As linhas de abertura são assim:

Quem você é quando ninguém está olhando é quem você é. Como seria se você soubesse que alguém está vendo tudo que você faz? Como seria se eu soubesse que alguém está ouvindo toda e qualquer palavra que sai da minha boca? Hoje ouvimos sobre drones. Drones, assim parece, sabem tudo, veem tudo. Pois bem, a realidade é que nosso grande Deus vê e sabe tudo. Se realmente compreendêssemos isso, a nossa vida mudaria? Creio que a resposta é afirmativa.

Encabeçada pela legenda “alguém está sempre observando”, Young comenta sobre um encontro com um drone de vídeo enquanto estava num passeio de pesca:

O drone estava atrás de mim enquanto estava pescando, sobre mim, parecia, acima de mim, na minha frente [...]. Drones estão em todo lugar e eles fazem surgir um tipo de *vibe* voyeurístico, eles fazem surgir um tipo de “Big Brother está observando”, fazem surgir uma gama de assuntos de privacidade... – e aí, imediatamente, pensei sobre Deus. Pois Deus está em todo lugar. Parece que um drone pode estar em todo lugar quando se está envolvido numa filmagem, mas, na verdade, os drones não podem, mas nosso grande Deus pode. Deus está acima de nós, atrás de nós, além de nós, ele é nosso Deus-tudo e em todo lugar.

A partir destas linhas provocadoras de abertura, Young entra numa extensa exegese de Salmo 130 para sustentar sua comparação entre drones e Deus. Não parece incomodá-lo traduzir o discurso de drones numa imagem positiva e até supostamente favorável de Deus enquanto o drone disposto no pano de fundo é, claramente, um modelo militar, armado. A linha do argumento não é, de forma alguma, ambivalente: Deus é um drone melhor, mais eficiente do que qualquer outro. Esses agentes de vigilância do policiamento e do monitoramento militar e de gado fornecem uma imagem modelar para o divino.

Nos Estados Unidos, o uso de drones tem sido amplamente propagado nos últimos anos como maneira de proteger a nação de ameaças terroristas, preservando, ao mesmo tempo, a segurança do próprio pessoal militar. Um estudo recente dos ataques de drones militares dos EUA no Paquistão entre 2004 e 2012, feito pela Stanford Law School, tem questionado fortemente essa narrativa. Eles reuniram dados que mostram que ataques de drones não são apenas altamente questionáveis do ponto de vista da lei internacional e da ética, até daquela convicção mais conservadora, mas que a narrativa oficial de um mínimo dano colateral é simplesmente falsa (CAVALLARO; SONNENBERG; KNUCKEY, 2012, p. vi). Mesmo além das mortes imediatas, “sua presença aterroriza homens, mulheres e crianças, aumentando a ansiedade e o trauma psicológico entre comunidades civis”. Tal ansiedade altera de forma significativa o comportamento social, especialmente devido à prática comum dos EUA de atacar uma área várias vezes, mirando aqueles que chegam para socorrer e assistir as vítimas dos ataques iniciais (ibid., p. vii). Longe de fazer até o próprio EUA um lugar mais seguro, enquanto seria atingida “apenas” a população do “inimigo”, as experiências de ataques de drones têm na verdade alavancado o terrorismo internacional, substituindo “Guantánamo como a ferramenta preferida de recrutamento de militantes” (BECKER; SHANE, 2012).

O que significa estes conceitos – o “olho que vê tudo” do drone e “justiça” implacável executada pelos céus – serem utilizados como recursos religiosos? Quais imagens do divino eles criam? Seriam realmente aptos para descrever o Deus de Israel, encarnado em Jesus Cristo, ou meramente glorificações exageradas de símbolos do poder político e militar que atribuem a eles um status quase divino?

## A teologia política da sociedade de vigilância *Resgatando o “Salmo panóptico”*

Bentham e Young não são exemplos isolados. O Salmo 139 é proeminentemente empregado nos discursos mais “religiosos” sobre a vigilância:

SENHOR, tu me sondas e me conheces, tu sabes quando me sento e quando me levanto. De longe penetras meus pensamentos, investigas meu caminho e meu repouso, todas as minhas veredas te são conhecidas. A palavra não está ainda na minha língua, e eis, SENHOR, já sabes tudo. [...] Muito admirável é teu conhecimento, que me ultrapassa, sublime, e não posso atingi-lo. Para onde irei, longe do teu Espírito? Para onde fugirei de tua face? Se eu subir ao céu, lá tu estás; se descer ao Xeol, estás presente. Seu eu tomar as asas da aurora, para habitar nas extremidades, também ali me alcançará tua mão, e a tua direita me segurará. (Salmo 139,1-10)

Lido na lógica da vigilância, o Salmo 139 ressalta que Deus está sempre nos observando; conhece cada detalhe de nossas ações, pensamentos e sentimentos. Portanto, a conclusão implícita é que a tecnologia de vigilância que segue esse modelo não pode estar eticamente errada. Pode até ter seu uso justificado e legitimado por meio de uma comparação com a visão de Deus da Terra.

Pelo menos duas reservas devem ser formuladas contra esse raciocínio. Primeiro, e simplesmente, o que é prerrogativa de Deus não é necessariamente o que seres humanos deveriam ser capazes de fazer (ou, como costumavam dizer os romanos, *quod licet Iovi non licet bovi* [“o que é lícito para Júpiter, não é lícito ao boi”, N.T.]). Reclamando a posição semelhante a Deus de onisciência, é na verdade *hybris*: a negação humana do senhorio de Deus e o estabelecimento de poderes autônomos.

Em segundo lugar, Bentham *et al.* podem não ter lido o texto no que concerne à imagem de Deus transmitida aqui. Certamente, o Salmo 139 fala da onisciência de Deus num grau extremo da amplitude bíblica desta afirmação. A reação do salmista é de veneração, oscilando entre fascinação e horror. Em nenhum outro salmo se alcança este penetrante conhecimento. Antes, o salmista volta e meia tem que reivindicar a atenção de Deus exclamando: “Olhe para mim!” (ver, por exemplo, Sl 13,4; 31,17; 59,5; 119; 153). Até mais amedrontador do que a perspectiva de ser conhecido inteiramente por Deus pode ser a de não ser visto. Ser visto, portanto, não tem a ver tanto com ser registrado dentro das indizíveis profundezas de um conhecimento divino, mas a pró-visão e a atenção de um relacionamento de cuidado, que nunca é totalmente abrangente, mas, antes, altamente personalizado e seletivo. Mesmo no Salmo 139, o ponto importante revelado por uma leitura mais

próxima não é tanto Deus armazenar quantidades infinitas de dados pessoais e as usar para alguma seleção social celeste, antes o tom está no engajamento amoroso e no compromisso com o salmista. O olhar de Deus sobre o salmista é relacional antes de abstrato e técnico; procura engajar a sua realidade mais do que o sósia dele de datas ou perfil, e é baseado mais numa hermenêutica de “resgate” do que numa hermenêutica de suspeita<sup>16</sup>.

Para sustentar esse argumento, lembremos da história de Hagar. Hagar, expulsa, grávida e desertada no meio do deserto, está extremamente vulnerável e exposta. Deus a encontra no deserto e promete a ela e a seu filho vida e proteção. Hagar exclama: “Tu és Deus que me vê [...] Acaso não vi, aqui, aquele que me vê?” (Gn 16,13). As palavras hebraicas estão muito próximas do canto de Maria: “porque olhou para a condição humilde de sua serva. Todas as gerações, desde agora, me chamarão bem-aventurada” (Lc 16,13). A visão de Deus não é o “conhecimento” da soma dos “dados perfeitos”, mas é o cuidar pelo que vê. O “Senhor dos drones” (*Baal-ze-bub?*) não é o Deus da Bíblia<sup>17</sup>. Portanto, as imagens de vigilância utilizadas para caracterizar Deus podem, em verdade, dizer mais sobre nós e nossa pretensão de senhorio, que resta sobre a força e o terror e promove medo, do que sobre Ele.

### *“Demonologia procurada”: novas perspectivas na ética política?*

Dentro do panorama de uma “sociedade de vigilância” emergente, o chamado por uma ética digital ou leis de privacidade mais estritas (de fato bastante necessárias!) é uma armadilha se for a única demanda que fazemos. É necessário conceitualizar e analisar criticamente as próprias realidades que enfrentamos antes de podermos pensar em desenhar mecanismos de enfrentamento. Assim, não precisamos apenas de uma “ética do cuidado” (cf. STODDART, 2013); pode ser que necessitemos primeiro de uma demonologia

---

<sup>16</sup> Para uma interpretação mais extensa do Salmo 139 numa interpretação “panóptica” e “anti-panóptica”, ver Lyon (2014).

<sup>17</sup> Para uma visão corretiva mais robusta do conhecimento de Deus, o material altamente seletivo aqui apresentado teria que – e poderia facilmente – ser expandido por discussões mais completas, p.ex. do livro de Jó ou mesmo dos evangelhos.

cristã. Especialmente no contexto alemão, modelos tradicionais de ética política são predominantemente éticas quase-institucionais baseadas em estruturas estáveis e manifestos como “o Estado” ou “a Igreja”. Tais conceitos, que resultam em vertentes dos “dois reinos” ou “dois regimentos”, são inerentemente incapazes de até descrever os poderes fluidos e flutuantes, sem rosto e sem lei, operantes no mundo de hoje. Precisamos de modelos teológicos que deem conta de avaliar o poder e o controle em suas formas mais elusivas e líquidas.

A abordagem de Barth sobre os “poderes autônomos” possibilita um ponto de partida promissor para tal modelo. Ele é muito reservado quanto a atribuir ao mal mais do que um “olhar rápido e afiado”, além de se opor a ignorar sua realidade (BARTH, 1960, p. 519). Enquanto a natureza do demoníaco consiste em sua nulidade, isso não o torna de jeito nenhum irreal. Se simplesmente negarmos sua existência, esse seria o primeiro triunfo do mal, o que aumentaria sua potência, já que ser venerado como verdade poderosa é um triunfo ainda maior (ibid., p. 525s.). Assim, Barth desenvolve uma concepção confiantemente não alarmista, porém altamente realista, dos poderes que são tão potentes quanto elusivos, o que, por um lado, pode ser analisado teologicamente pelos recursos da doutrina da soberania divina e, por outro, por uma antropologia hamartiológica, além de poderem ser desmascarados por uma demitização rigorosa baseada numa compreensão bíblica do poder de Deus.

A posição cristã, portanto, considera o demoníaco uma realidade, mas uma realidade falsa. Antes de ignorá-la, conta com ela. Antes de atribuir-lhe verdade, a pronuncia como mentira; uma imitação idolatrizada, no melhor dos casos, do verdadeiro Deus. A resposta de Barth aos poderes autônomos em seu tempo é dupla: ele aponta que já têm seu limite no senhorio de Deus. Enquanto esse enunciado não reflete otimismo em relação aos cristãos, mas antes uma confiança em Deus, torna-se manifesto e visível “em sua própria esfera, devido ao simples fato de que o cristão e a comunidade cristã oram ‘venha a nós o teu reino’” (BARTH, 1981, p. 234).

Enquanto cristãos não criam ou inauguram o Reino de Deus, sua oração fiel e livre “prova”, em meio a toda desordem humana, “a majestade e o poder

de outro Reino” (ibid.). Essa oração pelo Reino de Deus “é a coisa verdadeira e essencial sobre a revolta [...] contra a injustiça e a desordem em cuja esfera se encontram e cuja culpa, de fato, compartilham (com um espinho mais afiado do que outros) e cujas consequências eles também sofrem (novamente com uma consciência mais viva do que outros)” (ibid., p. 260s.).

Em segundo lugar, do ponto de vista da revolução real do Reino de, cristãos são chamados a viver no horizonte do Reino. Na esteira desse movimento, eles também buscam a justiça humana (não divina) em solidariedade aos sofridos da Terra. Diante dos poderes autônomos, isso poderia significar:

A demitização que realmente vai ferir eles como é necessário não pode consistir em questionar sua existência. Exorcismo teológico precisa ser um ato de descrença que é fundamentada na fé. Precisa consistir na resoluta negação de que pertencem a essa exaltada companhia. Precisa consistir no fato de que à luz não de uma aparência mundana mas da verdade cristã podem ser vistos como um mito; o mito que está presente em todos os mitos, a mentira que está na base de todas as outras mentiras, de forma que um relacionamento positivo a eles, uma atitude de respeito e reverência e obediência, seja realmente impossível (BARTH, 1960, p. 521s.).

Os cristãos evidentemente não estão além do alcance e do controle de tais poderes neste mundo. Mesmo assim, sua atitude frente a poderes autônomos é “privá-los de seu pathos”<sup>18</sup> e “orar: Venha o teu Reino”<sup>19</sup>. Podem embarcar nessa empreitada verdadeiramente teopolítica avaliando as “teologias políticas” da “sociedade de vigilância” para sujeitá-las à crítica teológica: como imagens e metáforas teológicas e quase religiosas servem para criar legitimidade política e poder? O enunciado de Barth dos “poderes autônomos” pode ser um primeiro passo na busca de novas *demonologias* teológicas para desenvolver modelos teológicos de uma ética política para os nossos tempos.

---

<sup>18</sup> BARTH, 1968, p. 483. Esta citação tem sido utilizada por Rasmussen (2007) e Hancock (2013) como lente para a atitude de Barth em relação à teologia política do nacional-socialismo na Alemanha nos anos 1930.

<sup>19</sup> BARTH, 1981, p. 234. Hancock (2021) explores how to develop practices and mechanisms from within Christian congregational life and pastoral training that can foster democratic discourse and conversation in such a pathos-freed understanding.

## Referências

ALBRECHTSLUND, A. Online Social Networking as Participatory Surveillance, *First Monday*, a. 13, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2142/1949>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ANDERSON, C. The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete. *Wired*, 16 jul. 2008. Science. Disponível em: <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ANDERSON, C. Constitutional Theology: Karl Barth and Carl Schmitt on Legitimacy and the Rule of Law. In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 198-220. Ebook.

ASSMANN, J. *Politische Theologie zwischen Ägypten und Israel*. München: Carl Friedrich von Siemens Stiftung, 1992.

BAKER, C. D.; MACCHIA, F. Created Spirit Beings: Satan and Demons. In: HORTON, Stanley M. (org.). *Systematic Theology*. Springfield: Logion, 1994. p. 179-213.

BARTH, K. *Epistle to the Romans* [1922]. 6. ed. London: Oxford University Press, 1968. [versão em português: *A Carta aos Romanos*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2016]

BARTH, K. *The Christian Life: Church Dogmatics IV,4, Lecture Fragments*. Grand Rapids: Eerdmans, 1981.

BARTH, K. *The Church Dogmatics III,3*. Edinburgh: T&T Clark, 1960.

BAUMAN, Z.; LYON, D. *Liquid Surveillance: a conversation*. Cambridge; Malden: Polity, 2013.

BECKER, J.; SHANE, S. Secret “Kill Lists” Proves a Test of Obama’s Principles and Will. *The New York Times*, 29 maio 2012. A measure of change. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/05/29/world/obamas-leadership-in-war-on-al-qaeda.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BENTHAM, J. Panopticon; or, the Inspection-House. In: *The Works of Jeremy Bentham IV*. Edinburgh: Tait, 1843. p. 37-172.

BIGO, D. Globalized (In)Security: the field and the Ban-opticon. In: BIGO, D.; TSOUKALA, A. (orgs.). *Terror, Insecurity and Liberty*. Abingdon: Routledge, 2008. p. 10-48.

BOYNE, R. Post-panopticism. *Economy and Society*, a. 29, n. 2, p. 285-307, 2000.

CAVALLARO, J.; SONNENBERG, S.; KNUCKEY, S. *Living Under Drones: Death, Injury and Trauma to Civilians from US Drone Practices in Pakistan*. Stanford: International Human



Rights and Conflict Resolution Clinic; New York: NYU School of Law, Global Justice Clinic, 2012.

DELEUZE, G. Postscript on the Societies of Control. *October*, v. 59, p. 3–7, 1992.

DOBUSCH, L. *Digitale Zivilgesellschaft: stand und perspektiven*. Berlin: Bridge, 2014.

FARINOSI, M. Deconstructing Bentham's Panopticon: the new metaphors of surveillance in the Web 2.0 Environment. *tripleC*, a. 9, n. 1, p. 62-76, 2011.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GANDY, O. H. The Surveillance Society: Information Technology and Bureaucratic Social Control. *Journal of Communication*, a. 39, n. 3, p. 61-76, 1989.

HABERL, T. "Wir steuern auf eine Katastrophe zu". Interview mit Byung-Chul Han. *Süddeutsches Magazin*, n. 50, 2020. Disponível em: <http://sz-magazin.sueddeutsche.de/texte/anzeigen/39059>. Acesso em: 26 abr. 2022.

HADDORFF, D. *American Democracy and Trinitarian Sovereignty: Lessons from Barth and Tocqueville*, 2021.

HAN, B.-C. H. Dataismus und Nihilismus. *ZEIT ONLINE*, 27 sept. 2013b. Disponível em: <http://www.zeit.de/digital/internet/2013-09/big-data-han-dataismus/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

HAN, B.-C. H. *Im Schwarm: ansichten des digitalen*. Berlin: Matthes & Seitz, 2013a.

HAN, B.-C. H. *Psychopolitik: Neoliberalismus und die neuen Machttechniken*. Frankfurt/Main: Fischer, 2014a.

HAN, B.-C. H. *Transparenzgesellschaft*. Berlin: Matthes & Seitz, 2012.

HAN, B.-C. H. Warum heute keine Revolution möglich ist. *Süddeutsche Zeitung*, 2 set. 2014b. Disponível em: <http://www.sueddeutsche.de/politik/neoliberales-herrschaftssystem-warum-heute-keine-revolution-moeglich-ist-1.2110256>. Acesso em: 8 mar. 2022.

HANCOCK, A. D. *Karl Barth's Emergency Homiletic, 1932–1933: a summons to prophetic witness at the dawn of the Third Reich*. Grand Rapids: Eerdmans, 2013.

HILL, K. How target figured out a teen girl was pregnant before her father did. *Forbes*, 16 febr. 2002. Tech. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/kashmirhill/2012/02/16/how-target-figured-out-a-teen-girl-was-pregnant-before-her-father-did/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

HÖFNER, M. Neither Self-Evident Frame nor Self-Enclosed Sect: The Christian Church in Barth's Political Ecclesiology. In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 351-375. Ebook.

JONES, P. D. Karl Barth's The Christian Life and the Task of Political Theology. In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 493-521. Ebook.

KAFKA, F. *O Processo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

KOPFKOMPASS. Indect: War George Orwell ein naiver Optimist? *Der Freitag*, 8 nov. 2009. Disponível em: <https://www.freitag.de/autoren/kopfkompas/indect-war-orwell-ein-naiver-optimist>. Acesso em: 8 mar. 2022.

LANE, A. N. S. (org.). *The Unseen World: Christian Reflections on Angels, Demons and the Heavenly Realm*. Carlisle: Paternoster Press, 1996.

LYON, D. Surveillance and the Eye of God. *Studies in Christian Ethics*, a. 27, n. 1, p. 21-32, 2014.

LYON, D. *Surveillance Society: monitoring everyday life*. Buckingham & Philadelphia: Open University Press, 2002.

LYON, D. *The Electronic Eye: the rise of Surveillance Society*. Cambridge: Polity, 1994.

MAJICA, M. Der Tschernobyl-Moment der Digitalisierung. *Die Zeit*, 25 jul. 2013. Disponível em: [www.zeit.de/digital/datenschutz/2013-07/nsa-skandal-tschernobyl-vergleich](http://www.zeit.de/digital/datenschutz/2013-07/nsa-skandal-tschernobyl-vergleich). Acesso em: 8 mar. 2022.

MARX, G. T. Surveillance Society: the threat of 1984-style Techniques. *The Futurist*, p. 21-26, jun. 1985.

MARX, G. T. What's New About the “New Surveillance”? Classifying for Change and Continuity. *Surveillance & Society*, a. 1, n. 1, p. 9-29, 2002.

MATHIESEN, T. The Viewer Society: Michel Foucault's ‘Panopticon’ Revisited. *Theoretical Criminology*, a. 1, n. 2, p. 215-234, 1997.

MCLUHAN, M. *The Medium Is the Message: an inventory of effects*. New York: Random House, 1967.

NORRIS, C. Democracy and Church: Barth and Yoder on Democratic Practice. In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 377-405. Ebook.

ORWELL, G. *Nineteen Eighty-Four*. Cutchogue, NY: Buccaneer, 1949. [versão em português: 1984 (São Paulo: Companhia das Letras, 2009)]

POSTER, M. *The Mode of Information: Post-Structuralism and Social Contexts*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

RASMUSSEN, A. “Deprive Them of Their Pathos”: Karl Barth and the Nazi Revolution Revisited. *Modern Theology*, a. 23, p. 369-391, 2007.

REICHEL, H. All/Macht/Wissen. Politische Theologie als Zwei-Wege-Deutungsmodell in der Überwachungsgesellschaft. In: STOELLGER, P.; KUMLEHN, M. (Org.). *Wortmacht/Machtwort: Deutungsmachtkonflikte in und um Religion*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2017. p. 297-317.

REICHEL, H. The Political Theology of the “Surveillance Society”: Lordless Powers, Drones and the “Eye of God.” In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 169-189.

REICHEL, H. Transparenz und Öffentlichkeit in der Überwachungsgesellschaft: Bedingungen von Zivilgesellschaft im 21. Jahrhundert. *Zeitschrift für Evangelische Ethik*, Gütersloh, a. 60, n. 2, p. 102-116, 2016.

SCHMITT, C. *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. München & Leipzig: Duncker & Humblot, 1922. [versão em português: *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006]

SINGH, D. A Tale of Two Sovereignities: Karl Barth and Carl Schmitt in Dialogue. In: HÖFNER, Markus (org.). *Theo-Politics? Conversing with Barth in Western and Asian Contexts*. Minneapolis: Lexington; Fortress, 2021. p. 222-252. Ebook.

SOLIVAN, S. *The Spirit, Pathos and Liberation: Toward an Hispanic Pentecostal Theology*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998.

STODDART, E. (In)visibility and the Process of Public Theology. *International Journal of Public Theology*, Leiden, a. 7, n. 1, p. 45-64, 2013.

TAURECK, B. *Überwachungsdemokratie: die NSA als Religion*. Paderborn: Fink, 2014.

VILLAFANE, E. *The Liberating Spirit: toward an Hispanic American Pentecostal Social Ethic*. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

WOOD, D. M. (org.). *A Report on the Surveillance Society*. Cheshire: 2006.

YONG, A. *Discerning the Spirit(s): a Pentecostal-Charismatic Contribution to Christian Theology of Religions*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2000.

YOUNG, Ed. *Drones*. Disponível em: <https://www.fellowshipchurch.com/drones>. Acesso em: 04 out. 2014.

RECEBIDO: 28/03/2022  
APROVADO: 16/04/2022

RECEIVED: 3/28/2022  
APPROVED: 4/16/2022